

# Uma filósofa em tempos de emergência: Olgária Matos e o Estado de Exceção.

André Luiz Barbosa da Silva<sup>88</sup>

**Resumo:** O ensaio visa expor as reflexões de Olgária Matos sobre o estado de exceção. A partir disso, inicia seu percurso percorrendo sobre a origem do conceito de modernidade, cunhado pela primeira vez por Charles Baudelaire, e como este explicita a emergência da sociedade burguesa e as relações sociais no capitalismo nascente. Nesse ínterim, verifica-se o lado sombrio do primeiro protótipo da modernidade, o Esclarecimento, representado pela imagem das luzes. Nesse aspecto, o sentido secundário (militar) do conceito de esclarecimento, como “reconhecimento do inimigo”, nos proporciona alcançar os resquícios do passado tidos como bárbaros e superados pelo próprio processo civilizacional realizado pela modernidade. O arbítrio do rei no absolutismo é superado pelo conceito abstrato de soberania e do estado de exceção. Num processo próprio da modernidade, o que era concreto se desfaz em pura abstração, mas esta abstração é capaz de produzir resultados concretos ainda piores do que os perpetrados antes pelos mandos e desmandos do rei. A modernidade compreendida como estado de exceção em permanência redundaria na luta acirrada de um capitalismo de rapina, em que os indivíduos se digladiam pelo botim e despojos da carnificina. Eis o estado de exceção geral da sociedade, que, na verdade, conforme Benjamin, não passa da regra. Resta-nos como saída a recordação dos momentos em que o verdadeiro Estado de exceção começou a ser deflagrado, pois através da recordação se reativa a esperança de se instaurar um verdadeiro Estado de exceção, o qual se constitui nas palavras de Olgária, a sociedade sem classes.

**Palavras-chaves:** Olgária Matos; Modernidade política; Estado de exceção; *Aufklärung*; Estado.

---

<sup>88</sup> É formado em Direito pela Universidade São Judas Tadeu e mestrando em Filosofia Social e Política pela Universidade Federal de São Paulo. É editor da Revista eletrônica Zero à Esquerda. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6118-1151>. E-mail para contato: [barbosa.andre@unifesp.br](mailto:barbosa.andre@unifesp.br)

## A PHILOSOPHER IN TIMES OF EMERGENCY: OLGÁRIA MATOS AND THE STATE OF EXCEPTION.

**Abstract:** The essay aims to present Olgária Matos' reflections on the state of exception. It begins by discussing the origin of the concept of modernity, first coined by Charles Baudelaire, and how it explains the emergence of bourgeois society and social relations in nascent capitalism. In the meantime, we see the dark side of the first prototype of modernity, Enlightenment, represented by the image of the Enlightenment. In this respect, the secondary (military) meaning of the concept of enlightenment, as "recognition of the enemy", allows us to reach the remnants of the past considered barbaric and overcome by the very civilizational process carried out by modernity. The will of the king in absolutism is overcome by the abstract concept of sovereignty and the state of exception. In a process typical of modernity, what was concrete is broken down into pure abstraction, but this abstraction is capable of producing concrete results that are even worse than those perpetrated before by the king's commands and disgraces. Modernity understood as a permanent state of exception results in the fierce struggle of a capitalism of prey, in which individuals fight over the booty and spoils of carnage. This is society's general state of exception, which in fact, according to Benjamin, is no more than the rule. The only way out is to remember the moments when the real state of exception began to be unleashed, because through remembrance, the hope of establishing it is rekindled.

**Keywords:** Olgária Matos; Political modernity; State of exception; *Aufklärung*; State.

Este ensaio origina-se de uma apresentação oral realizada no Colóquio em homenagem à Olgária Matos, ocorrida nos dias 08 e 09 de novembro de 2023, na Universidade de São Paulo. Nele me deterei em algumas reflexões da professora Olgária expostas principalmente no texto "Modernidade: república em estado de exceção", publicado na revista USP, em 2003, quando o mundo ainda estava impactado com os ataques ocorridos no 11 de setembro de 2001 nos EUA e acompanhando com atenção a reação do governo norte-americano com o seu pacote antiterrorismo recheado de medidas excepcionais que restringiriam os direitos civis e se tornaria modelo de gestão em diversos outros lugares do mundo com a justificativa do terror, e na primeira parte do livro "Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo

contemporâneo”, publicada em 2010, intitulada “Modernidade e Fetiche: o estado de exceção”.

De início, faço remissão ao conceito de modernidade, trazido por Olgária em ambos os títulos dos textos tomados como centrais para este escrito. Vale lembrar que tal conceito, da forma que usamos até hoje, foi forjado pela primeira vez no ano de 1863, por Charles Baudelaire (1988, p. 174) em um artigo de crítica de arte intitulado “O pintor da vida moderna”, em que definia a modernidade como o “transitório, o efêmero, o contingente (...)”. Conforme as palavras de Olgária Matos (2009, p. 93): “A modernidade ocidental nasce sob o signo da mudança incessante”. É a “nova época” da qual Hegel dá notícia em seu prefácio à *Fenomenologia do Espírito*.<sup>89</sup> A ascensão da burguesia e do capitalismo. Como outrora falou Marx (2005), o tempo em que a burguesia foi revolucionária, no qual a época burguesa se distinguia de todas as precedentes em razão de provocar abalos constantes de todo o sistema social, uma agitação permanente em que as relações se tornavam antiquadas antes mesmo de se ossificar, na expressão utilizada no *Manifesto*. Como salienta Olgária (2009), o protótipo da modernidade é o iluminismo filosófico e científico e seu desejo de claridade. Da metáfora das luzes, inauguram-se as crenças modernas no progresso científico, político, social, moral e econômico. Da sua aurora às revoluções microeletrônicas, a modernidade, ou o capitalismo, supõe a plena luz. É curioso, e aqui faço uma brevíssima observação a retomar mais adiante, que a palavra *Aufklärung* guarde um “significado militar secundário”, qual seja, o “reconhecimento do inimigo”.<sup>90</sup>

---

89 A referência é a descrição que Hegel faz de sua época nas primeiras páginas da *Fenomenologia do Espírito*. Aliás, não é difícil ver que nosso tempo é um tempo de nascimento e trânsito para uma nova época. O espírito rompeu com o mundo de seu ser-aí e de seu representar, que até hoje durou; está a ponto de submergi-lo no passado, e se entrega à tarefa de sua transformação. Certamente, o espírito nunca está em repouso, mas sempre tomado por um movimento para a frente. (...) Do mesmo modo, o espírito que se forma lentamente, tranquilamente, em direção à sua nova figura, vai desmanchando tijolo por tijolo o edifício de seu mundo anterior. Seu abalo se revela apenas por sintomas isolados; a frivolidade e o tédio que invadem o que ainda subsiste, o pressentimento vago de um desconhecido são os sinais precursores de algo diverso que se avizinha. Esse desmoronar-se gradual, que não alterava a fisionomia do todo, é interrompido pelo sol nascente, que revela num clarão a imagem do mundo novo”. (Hegel, 2014, p. 28-29)

90 Devo a descoberta desse significado secundário a Robert Kurz, em seu ensaio “A ditadura do tempo abstrato: o trabalho como desajustamento da era moderna”, publicado na Revista Margem Esquerda, n. 35, 2º semestre, 2020.

Todavia, nos ensaios mobilizados, Olgária trata especificamente da modernidade política. Diz que a característica fundamental desta “é a secularização, o racionalismo, a ciência, em suma, a separação do teológico e o político” (Matos, 2003, p. 47). Isto significa que, ao contrário do que víamos na Idade Média, o Rei é destituído de sua posição de vicário de Deus, ou seja, deixa de ser seu substituto terrenal, perde sua legitimidade divina e consequentemente perde muito de sua força que advinha da legitimação daquele. Ao contrário, o conceito de modernidade política está vinculado não mais ao arbítrio do rei, mas sim ao reconhecimento da lei e do direito. O indivíduo é cidadão, a submissão não se dá mais ao governante, mas sim à própria lei que fora escolhida e pauta a relação entre a coletividade da qual aquele indivíduo faz parte, isto é, a autolegislação. Na modernidade política todos são livres e iguais perante à lei e, desse modo, conforme Olgária, igualmente legisladores. Isso permite a contraposição do teológico-político como sendo a experiência da heteronomia e a república democrática como sendo a experiência da autonomia. Em razão de inexistir um ou uma classe de pessoas legitimadas a proferir certezas indubitáveis, abre-se também espaço para a experiência do Outro, da pluralidade. No entanto, pontua nossa filósofa que a modernidade, ao mesmo tempo, é a experiência da autonomia, como também é da heteronomia gerada pelo próprio sistema social com a qual esta se relaciona. Nesse sentido, o que fora prometido como emancipação, volta sob a forma de jugo. Liberdade é ser dominado pelas coisas, igualdade é a condição de *homo sacer* de todo cidadão contemporâneo. É aqui também que o conceito secundário de *Aufklärung* lampeja como a explosão provocada por um míssil teleguiado. Ao mesmo tempo em que a modernidade é a porta de entrada para a experiência do outro, este outro já se tornou um alvo, do qual a identificação, o reconhecimento se faz necessário. As luzes aqui representam o sinistro guarda da esquina que joga sua lanterna na cara de um qualquer e tem o poder de decidir acerca da situação de vida ou morte. No caso, o tal guardinha da esquina pode ser qualquer um, pois numa sociedade esgarçada pelas próprias dinâmicas da vida social, vítima e algoz podem ser uma e a mesma pessoa.

Nesse aspecto, temos como paradigma da modernidade o estado de exceção. Ou seja, a zona de indiscernibilidade da qual o campo, como explicita Agamben (2017, p. 44), “é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política se torna biopolítica e o *homo sacer* se confunde virtualmente

com o cidadão”.<sup>91</sup> Parecem ter razão Adorno e Horkheimer quando faziam analogias entre a sociedade administrada e as prisões.<sup>92</sup> Como salienta nossa filósofa: “O que designa a exceção é o desaparecimento das fronteiras entre fato e direito, a absoluta desproteção do indivíduo” (Matos, 2010, p. 256). E aponta para o problema ao dizer: “Eis por que a cena contemporânea suscita refletir acerca do eclipsamento democrático na relação entre modernidade, globalização e estado de exceção” afirmando categoricamente que “A modernidade é a exceção em permanência” (Matos, 2003, p. 48). À vista disso, lembremos mais uma vez as palavras de Agamben (2004, p. 16) “que é importante não esquecer que o estado de exceção moderno é uma criação da tradição democrático-revolucionária e não da tradição absolutista”.

Da mesma forma, se notarmos que o conceito de soberania – requisito central para a definição de Estado moderno – foi tratado teoricamente pela primeira vez por Jean Bodin (2011, p. 195), no livro I, do seu *Os seis livros da República*, como “O poder absoluto e perpétuo de uma

---

91 Em seu último livro da coleção *Homo Sacer* Agamben objetiva retratar o conceito de guerra civil (*Stasis*) como paradigma político do mundo ocidental. Em um de seus capítulos traça um brev, mas instigante comentário sobre o frontispício da obra *Leviatã* de Thomas Hobbes. Observa-se que o monstro *Leviatã* – como se sabe, é a figura que em Hobbes representa o Estado – com seu corpo formado por inúmeras cabecinhas, está ausente na cidade exposta na imagem. Da mesma forma que a cidade também se encontra praticamente deserta, a não ser por alguns soldados dispostos próximos à fortaleza e à figura de dois médicos diante da catedral, que trajam máscaras típicas como as que usavam os médicos no período da peste. Agamben afirma que Hobbes já conhecia o que posteriormente Foucault nomeou de biopolítica, apontando para a distinção paradoxal existente no conceito de povo, qual seja, *populus* (povo) e *multitudo* (multidão). Enquanto povo, este só apareceria como constituinte de um poder político, isto é, no momento em que se decide por um governante ou assembleia que passaria a representar esse povo, formando uma unidade da vontade; enquanto *multidão*, seria o conjunto dos corpos dos súditos. O primeiro tem significado político, o segundo, não. Por essa razão, “A *multidão* irrepresentável, similar à massa de empesteados, pode ser representada apenas através dos guardas que vigiam sua obediência e os médicos que cuidam. Vive na cidade, mas só como objeto de deveres e dos cuidados daqueles que exercem a soberania” [La *multitud* irrepresentable, similar a la masa de los apestados, puede ser representada sólo a través de los guardias que vigilan su obediencia y los médicos que cuidan. Habita en la ciudad, pero sólo como objeto de los deberes y de los cuidados de aquellos que ejercen la soberanía] (Agamben, 2017, p. 56). Nesse sentido, a *multidão* irrepresentável do frontispício do livro do filósofo inglês é, na verdade, a figuração do indivíduo, que na modernidade se tornará cidadão, ou seja, um corpo docilizado que será objeto de administração por parte do Estado.

92 Essas referências se encontram ao longo da obra dos autores. Horkheimer, por exemplo, se valerá dessas analogias desde os seus escritos de juventude, como em *Crepúsculo*. Adorno (1998 [1969]), em seu ensaio “Crítica cultural e sociedade” caracteriza a sociedade como uma “prisão ao ar livre”. Fora as aproximações entre indivíduo burguês e os encarcerados que encontramos na *Dialética do Esclarecimento*.

República”, percebemos que a burguesia mantivera nesse conceito, ainda que secularizado, resquícios do poder absoluto divino que detinha o monarca. Afinal, quando se fala em soberania, a quem ela está sendo atribuída? Ao príncipe. Ainda que Bodin seja parte da burguesia, como observa, por exemplo, Franz Neumann (2013), ele ainda enxerga um lugar para ela na ordem feudal e através do conceito de soberania arranja um novo fundamento do poder do príncipe que não a justificação divina que vinha sendo atacada fortemente. Ou seja, a soberania ou aquele que a detém, o soberano, é o resquício absolutista da modernidade. É isto que escreve Olgária a respeito:

Tributário da teoria da Soberania de Jean Bodin, o governante tem o poder de decisão, pois promulga e abole leis, com o poder de vida e morte sobre os governados. Desenvolve-se, aqui, um ideal de “plena estabilização”, cuja garantia é pedida ao soberano “destinado a ser o promotor de um poder ditatorial no estado de exceção. O soberano, detentor dos segredos de Estado, assimila-se ao divino, possuindo as mesmas prerrogativas de Deus, entre elas a perfeição e a infalibilidade, de tal forma a ser ateísmo e blasfêmia disputar sobre o que Deus pode fazer ou desfazer. (Matos, 2010, p. 44)

Isto é, o soberano, como dirá Carl Schmitt (2005), ao decidir acerca da exceção, é como se operasse o milagre na natureza. Não é à toa que Schmitt irá reverenciar Bodin por ter inserido no conceito de soberania a decisão, eis seu mérito científico segundo o jurista alemão. Portanto, conforme as palavras de Annie Dymetman (2002, p. 146), também citadas por Olgária Matos, “É o absolutismo como regime de exceção que retorna na modernidade”. Por conseguinte, escreve Olgária (2010, p. 253): “(...) a soberania do Estado passa a funcionar como máscara de sua agressividade, poder e violência que se exercem para além dos limites legais e da política democrática”. E, para frisar, como outrora no absolutismo, o Estado continua detendo, “o direito de vida, isto é, de morte sobre os cidadãos, ao garantir a vida, designa a morte” (Matos, 2003, p. 49).

Nesse compasso, Olgária (2003) iniciará a desvelar como a democracia termina por destruir a própria democracia. Começa afirmando que a modernidade democrática contemporânea produz uma miscelânea nunca antes vista na história com valores pré-modernos, ou seja, aqueles valores ligados com a ética do sacrifício, do sofrimento passivo, que se relacionam a uma ordem social estamental, rígida, sem qualquer mobilidade; modernos, isto é, valores associados ao individualismo e a mudança constante associada à lógica do progresso; e, por fim, valores pós-modernos,

que seriam definidos como aqueles que se relacionam a uma sociedade em decomposição, em que o pacto social tornou-se uma impossibilidade proclamada de maneira cínica por toda a sociedade, os exemplos são a assunção da falência do Estado, sendo os direitos sociais e civis considerados um estorvo. Nesse sentido, Olgária nos permite apresentar o capitalismo atual como um capitalismo de rapina. Em que grupos disputam pelos despojos, pelo butim dessa luta desenfreada pela autoconservação, que em seus termos: é “a luta pela manutenção da vida material [e] pela dominação do outro” (Matos, 2003, p. 51). É o que Max Horkheimer, no início dos anos 40, denominou através do conceito de Racket,<sup>93</sup> que hoje parece ganhar cada vez mais atualidade para se pensar as dinâmicas sociais. É o capitalismo desvestido de qualquer máscara, aquele que se apresenta por um lado como a dura batalha dos despossuídos, que são a esmagadora maioria, que não encontram mais capitalistas dispostos a comprarem sua mercadoria, por outro lado, estes, impelidos pelo fetichismo da sociedade objetivam apenas transformar D em D', da maneira que puderem. A lógica social torna seres humanos indivíduos descartáveis, e, conforme seu avanço, o fosso se aprofunda cada vez mais, aumentando o número de supérfluos para utilizar a terminologia de Robert Kurz e que, portanto, podem ser eliminados a partir do momento em que se tornam inúteis para o processo social. Ou seja, novamente vemos o aparecimento daquele significado secundário, obscuro do próprio conceito de esclarecimento. O outro torna-se alvo, torna-se inimigo a ser reconhecido e, por consequência, dizimado. Como

---

93 A palavra Racket é derivada do termo racketeering que tem origem nos Estados Unidos da América e servia para designar atividades criminosas de modo geral, e, com o tempo, passou a designar atividades criminosas organizadas. A tradução mais imediata para o português é extorsão. Compreende-se nesta ideia de extorsão também a ideia de proteção, que no inglês possui um duplo significado. Aquele mais comum, de, por exemplo, sentir-se seguro e um outro mais sombrio, qual seja, a proteção mediante extorsão que proporciona o chefe local para que ele mesmo não faça nada contra o protegido. Para as coisas ficarem mais claras, pensemos na peça “A resistível ascensão de Arturo Ui”, de Bertold Brecht. No entanto, o objetivo de Max Horkheimer com a utilização dessa palavra não era descrever o fenômeno do crime organizado dos EUA quando para lá imigrou devido à perseguição nazista, mas sim elaborar uma teoria crítica da sociedade que desse conta de explicar as modificações pelas quais passava o capitalismo nas décadas de 1930 e 1940. A teoria do Racket é constituída por um conjunto de textos e fragmentos destinados a compor um projeto do Instituto de Pesquisa Social liderado por Horkheimer, o qual supostamente envolveria autores como Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Franz Neumann, Otto Kirchheimer e Arkadij Gurland. Porém, ainda que o projeto não tenha seguido adiante, o conceito de Racket demonstrou pertinência nas reflexões teóricas de alguns dos autores envolvidos e permaneceu presente em suas obras posteriores, inclusive na Dialética do esclarecimento.

diz Olgária (2003, p. 49): “Se o ‘estado de exceção é a regra’, conforme Benjamin, é porque a política sempre se concebeu na oposição amigo/inimigo”. Em vista disso, recordemos a definição do político de Carl Schmitt e como este define o inimigo:

O inimigo político não precisa de ser moralmente mau, não precisa de ser esteticamente feio; não tem de surgir como concorrente econômico e até talvez possa parecer vantajoso fazer negócios com ele. *Ele é, precisamente, o outro, o estrangeiro, e é suficiente, para a sua essência, que ele seja existencialmente, num sentido particularmente intensivo, algo outro e estrangeiro, de tal modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele que não possam ser decididos nem por uma normatização geral, que possa ser encontrada previamente, nem pela sentença de um terceiro “não participante” e, portanto, “apartidário.* (Schmitt, 2018, p. 51-52)

Isto é, o inimigo reconhecido, o outro, é aquele que no limite de sua existência deve ser combatido. Vejamos então o que afirma o jurista alemão acerca do combate:

A guerra é um combate armado entre unidades políticas organizadas; a guerra civil, um combate armado dentro de uma unidade organizada [mas que assim se torna problemática]. O essencial no conceito de arma é que se trate de um meio para a morte física de homens. *Tal como o termo inimigo, o termo combate deve ser aqui compreendido no sentido de uma originariedade conforme ao ser. Ele não significa concorrência, não o combate “puramente espiritual” da discussão, não o “competir” simbólico que, em última análise, de alguma maneira qualquer homem sempre leva a cabo porque toda a vida humana é um “combate” e cada homem é um “combatente”. Os conceitos amigo, inimigo e combate adquirem o seu real sentido ao terem e manterem referência, em particular, à possibilidade real da morte física. A guerra resulta da inimizade, pois esta é a negação conforme ao ser de um outro ser.* (Schmitt, 2018, p. 62)

*Em um mundo esgarçado, “qualquer um pode tornar-se assassino dos mais próximos” (Matos, 2003, p. 48), é a luta pela sobrevivência num mundo sem sentido em que o acirramento do cerco desemboca em massas excluídas guerreando entre si. É isso, no final, que o capitalismo produz, um estado de exceção permanente.*

No entanto, assim como Olgária, devemos nos ater à tese n. 8, de Walter Benjamin em “Sobre o conceito de História”:



A tradição dos oprimidos ensina-nos que o 'estado de exceção' em que vivemos é a regra. Temos que chegar a um conceito de história que corresponda a essa ideia. Só então se perfilará diante dos nossos olhos, como nossa tarefa, a necessidade de provocar o verdadeiro estado de exceção (...). (Matos, 2022, p. 13)

O estado de exceção o qual vivemos, o falso estado de exceção, é aquele que atravessa a História e Olgária comentando Benjamin e seu livro sobre o *Drama Barroco Alemão* nos dá pistas do que é este falso estado de exceção, que podemos nomeá-lo também, talvez, de Estado de Exceção Schmittiano, para posteriormente fazer a efetiva contraposição, entre o verdadeiro e o falso. Escreve Olgária sobre o *Drama Barroco Alemão*:

Pessimista, o barroco luterano não espera nenhuma iluminação divina, como também não deseja mudar o mundo, cercando-se de fragmentos e ruínas, e desvarios. Suas personagens encontram-se à deriva no palco e se encaminham para a catástrofe, que só pode ser suspensa pelo decreto principesco do estado de exceção. (Matos, 2010, p. 18)

Eis aqui um perfeito exemplo do Estado de Exceção Schmittiano, que invoca o *katechon* da tradição católica, isto é, "o detentor que refreia o fim do mundo". Aquele que é capaz de reinstaurar a ordem no mundo decaído, reinstaurar o "império", que significa, nas palavras de Carl Schmitt (2014, p. 58), "a potência histórica que pode deter o surgimento do anticristo e o fim do éon<sup>94</sup> presente". É o príncipe que evita a catástrofe segundo os termos da cristandade. De acordo com Walter Benjamin (1984, p. 97): "A função do tirano é a restauração da ordem, durante o estado de exceção: uma ditadura cuja vocação utópica será sempre a de substituir as incertezas da história pelas leis de ferro da natureza". Eis que, conforme Olgária (2010, p. 45): "A naturalização da história equivale à predestinação, à necessária ruína e catástrofe". Por essa razão, o mundo em que o príncipe evita a catástrofe é ele mesmo uma catástrofe em permanência para os dominados e oprimidos pelo regime de exceção principesco. Nesse mundo de dominação, violência, hierarquias e classes sociais, em que a razão é ela mesma irracional, haverá sempre em sua maioria condenados ao sofrimento e à desgraça. Como pontua Olgária (2010, p. 29): "Mundo de violência, catástrofe, ruínas e mortes, ele é o da repetição histórica, repetição que vem carregada de acídia, como na tese n. 7 de "Sobre o Conceito de História".

---

94 Período de tempo muito longo.

Resta-nos, porém, pensarmos acerca do verdadeiro Estado de exceção. Este que não pode ser descrito ainda, haja vista sua excepcionalidade verdadeira, mas que se revela em lampejos históricos, momentos em que o transitório se tornou eterno e a recordação é a força perigosa capaz de recolocar as reivindicações desses dias efêmeros, em que ser realista passava por demandar o “impossível” na ordem do dia. Retomo Marcuse, que reivindica a força subversiva da memória, e escreve:

A lembrança é um modo de dissociação dos fatos dados, um modo de “mediação” que quebra, por alguns instantes, o poder onipresente dos fatos dados. A memória recorda o terror e a esperança passados. Ambos voltam à vida, mas enquanto, na realidade, aquele ressurgem em formas sempre novas, esta permanece uma esperança. (1978, p. 104)

Essa esperança se traduz no que Olgária diz acerca do verdadeiro estado de exceção: neste “não há mais poderes coercitivos – como o estado de exceção da ditadura schmittiana – nem alto nem baixo. Será a sociedade sem classes e, de maneira mais fundamental, a da divisa: *Ni Dieu ni Maître*” (2010, p. 66).

## Bibliografia

- Adorno, Theodor W. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- Agamben, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. 2a ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- Agamben, Giorgio. “O que é um campo?”, in *Meios sem fim: notas sobre política*. Tradução de Davi Pessoa Carneiro. 1a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- Agamben, Giorgio. *Stasis: la guerra civil como paradigma político*. Tradução de Rodrigo Molina-Zavalía. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Adriana Hidalgo editorial, 2017.
- Baudelaire, Charles. “O pintor da vida moderna”, in *A modernidade de Baudelaire*. Tradução de Suely Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Benjamin, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Brasiliense, 1984.
- Benjamin, Walter. “Sobre o conceito de história”, in *O anjo da história*. Tradução de João Barrento. 2a ed., 5a reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

- Bodin, Jean. *Os seis livros da República: livro primeiro*. Tradução de José Carlos Orsi Morel. 1a ed. São Paulo: Ícone, 2011.
- Dymetman, Annie. *Uma arquitetura da indiferença: a república de Weimar*. São Paulo: Perspectiva. 2002.
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses. 9a ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014.
- Kurz, Robert. "A ditadura do tempo abstrato: o trabalho como desajustamento da era moderna". *Revista Margem Esquerda (Boitempo)*, n. 35, 2º semestre, 2020.
- Marcuse, Herbert. *A ideologia da sociedade Industrial. O homem unidimensional*. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.
- Marx, Karl. Engels, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- Matos, Olgária. *Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2010.
- Matos, Olgária. "Modernidade: república em estado de exceção". *Revista USP*, São Paulo, n.59, setembro/novembro de 2003.
- Matos, Olgária. "O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo", *in Contemporaneidades*. São Paulo: Lazuli Editora: Companhia Editora Nacional, 2009.
- Neumann, Franz. *O império do Direito: teoria política e sistema jurídico na sociedade moderna*. Tradução de Rúrion Soares Melo. São Paulo: Quartier Latin, 2013.
- Schmitt, Carl. *O conceito de Político*. Tradução de Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70, 2018.
- Schmitt, Carl. *O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europaeum*. Tradução de Alexandre Guilherme Barros de Matos e Franco de Sá. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.
- Schmitt, Carl. *Teología Política: cuatro ensayos sobre la soberanía*. Tradução de Francisco Javier Conde. Buenos Aires: Editorial Struhart & Cía. 2005.